



Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**PORTARIA Nº 022/2018**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

**RESOLVE:**

**ART. 1º**- Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados pelos técnicos do Setor de Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e memorando nº 020/2018 da Procuradoria Jurídica do Município, parte integrante desta portaria, na forma de anexos, que propõe apurar a conduta do servidor público municipal, **MARCIO ZANETTI DA SILVA**, ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 81680, por suposta infração aos incisos VII, IX, X, XVI do artigo 169 e incisos II, III, VII, XV e XVIII do 170, portanto, sujeito as penalidades previstas nos incisos do artigo 174, bem como os incisos VI e IX do artigo 178 da Lei 2239/2003.

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar a Sindicância Investigativa, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**ELIEZER JORGE TIMM**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

hcs  
1



## **RELATÓRIO FINAL-Portaria nº022/2018**

**Senhor Prefeito Municipal,**

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº22/2018, o qual foi aberto visando a responsabilidade do servidor Marcio Zanetti da Silva, motorista, matrícula nº81680, pelas infrações dos incisos VII, IX, X, XVI do art. 169 e incisos II, III, VII, XV e XVIII do art. 170 e penalidades do art. 178 da Lei 2239/2003.

### **PRELIMINARMENTE**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF (Sumula 592 : *O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa*).

Ainda, preliminarmente se requer que seja considerada como paginação correta a que consta no final de cada folha do processo.

### **DOS FATOS APURADOS E DA PROVA**

Inicialmente, destaca-se que o fato discutido no presente processo diz respeito ao relato do particular Joao Carlos Barbosa Alves o qual informou a fiscalização ambiental que o servidor Marcio, ora investigado, utilizou patrimônio público de forma indevida e visando interesse pessoal, omitindo existência de licença ambiental.

O memorando nº20/2018, acompanhado do relatório da fiscalização ambiental, embasa a abertura do presente processo administrativo.

No relatório da fiscalização ambiental a fiscal Suzane Raquel Goulart indicou que houve vistoria no prolongamento da Travessa 01, Vila Nova, Canguçu em face de desmatamento. Na ocasião, foi localizada uma máquina operada pelo particular Tiago Soares Rocha, funcionário da empresa Saibeira Costa Sul do Capão do Leão, o qual informou à fiscal que recém havia chegado no local e teria sido contratado para





MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

realizar limpeza (colocar os galhos que já estavam suprimidos dentro de buracos, cavando e tapando). O operador Tiago indicou que o proprietário do terreno é Joao Carlos Barbosa Alves.

A fiscal observou um descapoeiramento de mato nativo de uma área de aproximadamente 1 hectare, sem licença ambiental para uma abertura de acesso, tudo sem licença ambiental.

Após a vistoria, o proprietário da área Joao Carlos procurou a fiscalização ambiental relatando a intenção de lotear o terreno, assim a fiscal indicou que haveria irregularidade, já que na Secretaria do Meio Ambiente não consta nenhuma licença ambiental em aberto sobre a área em questão.

A vistoria resultou no auto de infração nº0284 com aplicação de multa de R\$5.500,00, segundo art. 43 e 66 do Decreto 6514/2008, lavrado dia 25/01/2018.

No dia 29/01/2018 o infrator Joao Carlos Barbosa Alves foi até o encontro da fiscal ambiental Suzane, na Secretaria do Meio Ambiente, e relatou um acordo verbal com o funcionário Marcio Zanetti, pois ele seria responsável pela infraestrutura do loteamento "irregular" em troca de alguns terrenos. O Joao Carlos expressou que Marcio Zanetti afirmou não haver necessidade de licença ambiental e que estaria tudo liberado (fl.8).

Com a instauração do processo administrativo houve a citação do servidor Marcio Zanetti e envio de ofícios para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e para o Ministério Público de Canguçu.

Houve a inquirição do servidor Marcio Zanetti (fl.19), o servidor negou os fatos, afirmou que é conhecido do particular Joao Carlos Barbosa Alves, que não efetuou nenhum trabalho na área e não sabe se esta ocorrendo processo de loteamento, indicou que não fez qualquer acordo verbal e não tem direito a qualquer terreno, diz que soube que o Secretario Joao Nilson teria aberto um pedaço da rua há mais de um ano. Informou que trabalha dirigindo o caminhão de lixo que fica guardado no pátio da Secretaria de Obras e que não possui autorização para utilizar máquinas. Por fim, o servidor foi intimado nos termos da lei 25 da Lei 3045.

O particular Joao Carlos Barbosa Alves aceitou o convite e prestou depoimento (fl.19). Expõe que não existe loteamento algum, sabe que o servidor Marcio é amigo do seu sobrinho e deixava um cavalo no seu terreno e que o Marcio teria solicitado autorização para o seu sobrinho para patrolar o local, limpando o local e abrindo uma rua, o que foi autorizado. Tudo aconteceu em outubro do ano passado e pelo que soube foi o Secretário Joao Nilson quem mandou as patrôlas do município no local, mas afirmou que não sabe detalhes, não sabendo quem operou as maquinas e nem quais os dias. O depoente informou que pediu diretamente ao Secretário João Nilson





para que as máquinas da Prefeitura fizessem o serviço no seu terreno, como já tinha solicitado aos prefeitos anteriores. Todavia, Joao Carlos Barbosa Alves afirmou que jamais pagou qualquer quantia para o Secretário Joao Nilson ou para o servidor Marcio Zanetti. Pelo que sabe o Marcio conseguiu as máquinas diretamente com o Joao Nilson, sendo que o servidor lhe disse que não precisava de licença ambiental.

No ofício encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente (fl.23), o Secretário Jardel Oliveira informou que o servidor Marcio Zanetti ficou alterado quando a fiscal ambiental Suzane Goulart conversou diretamente com João Carlos Barbosa Alves, e que ficou sabendo que o servidor Marcio teria envolvimento com irregularidades da autuação.

O servidor apresentou manifestação nas fls.24/25.

Foi ouvida a fiscal ambiental Suzane Raquel Goulart (fl.29) que confirmou o teor dos seus relatórios, informando que não tinha rua alguma no local e que houve derrubada de vegetação de forma indevida.

Houve oitiva do Secretário Jardel Oliveira (fl.31/32), o qual indicou que no momento da autuação o Sr. Joao Carlos teria indicado, expressamente, que o servidor Marcio Zanetti e o Secretário de Desenvolvimento Rural Joao Nilson teriam participação na retirada irregular da vegetação. Todavia, o Sec. Jardel não soube relatar detalhes da relação entre Joao Carlos, Marcio Zanetti e o Sec. Joao Nilson.

Foi ouvido o Secretário de Obras Mauro Renan (fl.36); este afirmou que o controle de entrada e saída das máquinas da sua Secretaria, atualmente, é realizado pelo servidor Bento Bertinetti que distribui as chaves dos veículos conforme a sua autorização. Afirmou que em uma ocasião o servidor Marcio Zanetti tentou retirar uma retroescavadeira da sua Secretaria, todavia, foi impedido pelos seus funcionários, já que jamais deu qualquer autorização para tanto. Expõe que não possui qualquer relação com o particular Joao Carlos, mas que já o viu no prédio da sua Secretaria para falar com o Secretário Joao Nilson, já que a Secretaria de Obras e de Desenvolvimento Rural funcionam no mesmo local. Do mesmo modo, indicou que já ouviu comentários de que o Joao Nilson teria emprestado dinheiro ao Marcio, mas não sabe mais detalhes.

Na fl.41 o Secretário Joao Nilson da Silva Coutinho prestou depoimento. O Secretário negou qualquer envolvimento com o particular Joao Carlos e com o servidor Marcio Zanetti, explicitando que jamais determinou que nenhuma das máquinas da Prefeitura que estão sob a sua responsabilidade fossem realizar serviços no "loteamento" do particular. O depoente também expressou que não conhece e não possui qualquer relação com o Sr. Joao Carlos, mas confirmou que no dia da autuação o particular foi lhe procurar, ocasião em que teria dito que não poderia fazer nada





sobre a aplicação da multa ambiental. Ainda, afirmou que nunca autorizou o servidor Marcio Zanetti a utilizar as máquinas da sua Secretaria para serviços particulares. Afirma que controla o uso das suas máquinas de forma verbal.

Foi juntado o processo administrativo ambiental, no qual o Sr. Joao Carlos Barbosa Alves apresentou recurso administrativo e que foi negado pela Administração Municipal.

Na fl.46 o Secretário Joao Nilson enviou informação alegando que nunca determinou qualquer serviços com as maquinas da Prefeitura no terreno do Sr. Joao Carlos.

Houve depoimento do vigilante Luiz Carlos Pereira Bandeira (fl.66) .

Novamente, Joao Carlos Barbosa, prestou depoimento, dessa vez acompanhado de advogado (fl.72/73). O particular insiste que tudo foi realizado pelo Secretário Joao Nilson em face do seu pedido, afirmando que nunca teve má fé sobre o assunto. Afirma que pelo que sabe o Marcio não dirige ou manuseia máquinas, sendo tudo foi feito pelo Secretário Joao Nilson, aos pouquinhos e com as suas ordens. Expõe que quando foi autuado pela fiscalização ambiental procurou o Joao Nilson, sem a participação do servidor Marcio Zanetti, e o Secretário lhe disse que tudo iria se resolver.

A comissão tentou contato com a empresa Sabeira Costa Sul, via e-mail, telefone e por meio de carta, porém não obteve sucesso, sendo que por meio do telefone o representante da empresa disse que não foi possível prestar serviços ao particular Joao Carlos Barbosa Alves.

Na fl.92 houve entrega do termo indiciamento e apresentação de defesa pelo servidor Marcio Zanetti. Na fl.74 o servidor desistiu da oitiva de testemunhas.

Da análise do conjunto probatório, concluímos que não foi possível verificar infração administrativa por parte do servidor Marcio Zanetti da Silva.

Apesar da ampla produção de provas e das oitivas realizadas pela presente comissão, não foi possível verificar, com certeza, a realização de infração pelo servidor ora investigado, assim, deve prevalecer a sua absolvição, ainda que por ausência de provas.

Nesse sentido, como a prova possui a força de estabelecer a verdade de um fato, a sua inexistência ou falta, acarreta no âmbito sancionatório, a absolvição do acusado, inclusive em face da incidência da presunção de que todos são inocentes até que se prove ao contrário.

Em que pese se tratar da esfera administrativa, os princípios constitucionais não podem ser olvidados, de forma que não havendo prova da concretude dos atos supostamente realizados pelo servidor, não há possibilidade de condenação,



especialmente, porque também deve se considerar os efeitos de qualquer condenação na vida funcional do investigado.

No caso concreto, o particular Joao Carlos da Silva insiste em arguir que o servidor Marcio não possui qualquer relação negocial com a sua pessoa, sendo que não foi ele quem realizou o serviço na sua área. No ponto, os dois depoimentos prestados pelo particular são confusos e não traduzem verossimilhança nas suas alegações, aliás, o Sr. Joao Carlos se contradiz diversas vezes, na medida em que alguns momentos expressa que tudo ocorreu com a participação do servidor Marcio Zanetti, e, em outros, aduz que o servidor apenas realizou o favor de conversar com o Secretário Joao Nilson, sendo que este teria ordenado a realização do serviço na sua gleba. O depoente, no fim do seu depoimento aduz (fl.73), expressamente, que na sua visão o responsável pela realização do serviço utilizando máquinas da Prefeitura no seu terreno foi o Secretário Joao Nilson, e, pelo que sabe, o Marcio não poderia ter feito tais serviços porque não é operador de máquina.

Ou seja, pela prova carreada não é possível constatar culpa indiscutível do servidor Marcio da Silva Zanetti o que impede a sua condenação pela prática das infrações indicadas na portaria nº22/2018, não havendo sequer prova de efetivo dano ao erário.

Ademais, não se pode olvidar que as instâncias administrativa, penal e civil gozam de independência, de forma que nada impede que o servidor seja investigado pelo ministério público, até mesmo porque foi encaminhado ofício para o órgão ministerial.

O que acontece é que esta comissão possui poder de provas limitado, especialmente por não possuir força coercitiva judicial o que impede a plena busca da prova. No caso do convite realizado à empresa Costa Sul Saibreira, por exemplo, houve recusa de resposta, ficando demonstrada a limitação da investigação na esfera administrativa.

No ponto, observa-se jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em que houve absolvição por ausência de provas na esfera judicial, por ato de improbidade administrativa, o que corrobora o presente relatório:

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.330.664 - MS (2012/0129084-0) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL AGRAVADO : GERALDO ALVES MARQUES E OUTROS ADVOGADO : ANTÔNIO TRINDADE DE NETO INTERES. : EVALDO SARAIVA INTERES. : EDNEI APARECIDO FERREIRA INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EMENTA ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO. ART. 10, II, XI E XII DA LEI 8.429/92. INDISPENSABILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO AO ERÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DESPROVIDO.





MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

1. Trata-se de Ação de Improbidade ajuizada em face dos ora agravados com fundamento na irregularidade no pagamento decorrente da prestação de serviço de transporte escolar na região de Águas do Miranda/MS sem a realização do correspondente procedimento licitatório, tendo a conduta sido tipificada no art. 10, II, XI e XII da Lei 8.429/92. 2. **As Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte já firmaram a orientação de que a configuração dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa exige a presença do efetivo dano ao erário. Contudo, as instâncias de origem não esmeraram a demonstração da ocorrência de prejuízo ao Tesouro Municipal.** 3. Agravo Regimental do Ministério Público Federal desprovido.

Por fim, a comissão opina pela abertura de processo administrativo contra o Secretário Joao Nilson da Silva Coitinho, considerando os depoimentos do particular Joao Carlos Barbosa Alves, pois este, apesar da negativa do próprio secretário, afirmou, categoricamente, que houve trabalho na sua área com máquinas da Prefeitura que foram autorizados pelo então Secretário de Desenvolvimento Rural, com a ressalva que se trata de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

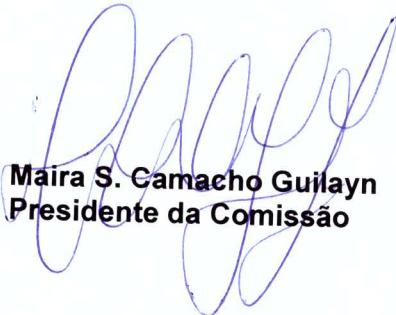
Ainda, a Comissão opina que seja revisto o controle em relação ao uso das máquinas da Prefeitura pelos funcionários, a fim de que seja instituído uma agência enrijecida para utilização, inclusive, com registros escritos de entrada e saída, bem assim dos operadores.


Desse modo, em relação ao processo administrativo nº22/2018 em face do servidor Marcio Zanetti da Silva, esta comissão opina pelo seu arquivamento, por ausência de provas, nos termos supra mencionados.

Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 20 de Agosto de 2018

  
**Maira S. Camacho Guilayn**  
Presidente da Comissão

  
**Kauane Pedroso**  
Membro da Comissão

  
**Carem Eluza Quintana**  
Membro da Comissão

  
Maira S. Camacho Guilayn  
24/08/18